

## GRUPO DE TRABALHO TRIPARTITE sobre CHECKOUTS

### ATA DA 2ª REUNIÃO

**Data:** 15 de abril de 2005

**Local:** MPS - CNAS / DF

**Participantes:** Cláudio Cezar Peres (DRT/RS); Mário Ferreira Júnior (DRT/SP); Mauro de Andrade Khouri (DRT/CE); José Marçal Jackson Filho (FUNDACENTRO); Kátia Viana Coelho de Souza (MPS); Valdir Santos de Lima (F. Sindical); Rogério de Jesus Santos (F. Sindical); Lucilene Binsfeld Moro (CUT); Márcio Milan (CNI); Júlio Maito Filho (CNC); Aylton Magno Fornari (CNT); Valcir Scortegagna (CNA); Ricardo José das Mercês Carneiro (MPT); Udo Alfredo Kerscher (CNF); Geralda Godinho de Sales (CUT); Luis Sérgio Soares Mamari (CNC); Antônio Carlos Moro (CNF); Solange M. S. Durazzo; J. M. Caires (CNI) e Rogério Alves da Silva (DSST / SIT).

Iniciando e coordenando a reunião, Mário Ferreira colocou para discussão a **Ata da 1ª Reunião do Grupo**, que depois de lida foi aprovada e assinada pelos respectivos participantes. Em seguida anunciou o começo da revisão da proposta de texto para a regulamentação sobre o trabalho em checkouts e dos operadores de caixas de supermercado, bem como as sugestões recebidas da sociedade no período de Consulta Pública. Antes que se entrasse na discussão, Júlio Maito expôs a preocupação da Bancada dos Empregadores dizendo que o Governo (MPS, Saúde e MTE) tem a sincera intenção em dar continuidade ao processo tripartite, principalmente o MTE, mas que, no entanto, a fiscalização desse Órgão, em casos isolados, vem notificando empresa apenas com a citada proposta de texto, antes mesmo que mesma seja revisada, aprovada e publicada para vigência; repassou cópias das notificações à coordenação e solicitou providencias no sentido de se neutralizar tais ações fiscais. Mário Ferreira comunicou que a direção do DSST e a secretária de inspeção do trabalho seriam informados sobre a questão. Outra preocupação exposta pela Bancada Patronal foi sobre a utilização da expressão “*checkout*” na legislação nacional, questionamento oriundo da 1ª reunião do GTT. A Bancada de Governo apresentou a Lei Complementar nº 95 (26/02/98) que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de leis, porém, visando um maior amparo e respaldo para o GTT, a Bancada Patronal solicitou que o MTE emitisse um parecer oficial sobre tal questão. Foi encaminhado que o DSST elaborará tal parecer e o apresentará na próxima reunião. Em seguida o Grupo passou a **revisar os itens** da proposta de regulamentação (em anexo). Iniciando o 2º dia de reunião, a Bancada dos Empregadores levantou outra questão que consiste na definição do campo de

aplicação da regulamentação, se a normatização seria para todo e qualquer *checkout* ou somente para estabelecimentos de supermercado. Júlio Maito comentou que desde o início das discussões do Grupo de Trabalho – GT (Portaria n.º 39/02) a tendência à época se refletia para os “supermercados”; e afirmou que a Bancada Patronal possui documentos comprobatórios sobre o exposto e que os mesmos poderiam ser apresentados às demais bancadas posteriormente; finalizou enfatizando a necessidade de definição da aplicação da norma. Mário Ferreira disse que “*a priori*” o Grupo devia se ater ao estabelecido na Portaria n.º 115 (17/02/05), a qual constitui o GTT e que posteriormente voltar-se-ia a tal discussão; informou que o assunto será levado à CTPP também. Em seguida foram retomadas as discussões sobre **os itens** (em anexo). Vencido o horário da reunião e após as discussões dos itens, Mário Ferreira solicitou às bancadas que na próxima reunião (07 e 08/07 em São Paulo/SP) fossem apresentadas propostas para os itens pendentes. Nada mais a ser discutido a reunião foi encerrada.

## RESULTADO DA DISCUSSÃO DOS ITENS

### ANEXO I DA NR-17 “TRABALHO EM CHECKOUTS E DOS OPERADORES DE CAIXAS DE SUPERMERCADO”

#### 1. Objetivo

Estabelecer parâmetros e diretrizes mínimas para adequação das condições de trabalhos dos operadores de *checkout*, visando à prevenção dos problemas de saúde e segurança relacionados ao trabalho. *(aprovado a princípio)*

#### 2. O posto de trabalho

2.1. Em relação ao mobiliário do *checkout* e às suas dimensões, incluindo distâncias e alturas, no posto de trabalho dever-se-á: *(aprovado a princípio)*

- a) Atender às características antropométricas dos trabalhadores, respeitando os alcances dos membros e da visão, ou seja, compatibilizando as áreas de visão com a manipulação; *(aprovado a princípio)*
- b) Assegurar a postura para o trabalho na posição sentada e em pé, e as posições confortáveis dos membros superiores e inferiores, nestas duas situações; *(aprovado a princípio)*
- c) Respeitar os ângulos limites e trajetórias naturais dos movimentos, durante a execução das tarefas, evitando a flexão e a torção do tronco; *(aprovado a princípio)*
- d) Garantir um espaço adequado ao longo do maior eixo da bancada, para livre movimentação do operador e colocação da cadeira, a fim de permitir a alternância do trabalho na posição em pé com o trabalho na posição sentada; *(aprovado a princípio)*

- e) Manter uma cadeira de trabalho com assento e encosto para apoio lombar, com estofamento de densidade adequada, ajustáveis à estatura do trabalhador e à natureza da tarefa; *(aprovado a princípio)*
- f) Colocar apoio para os pés, de forma tal que evite a ocorrência de contusões. *(em verificação)*
- g) Checkout com esteira eletrônica. *(em verificação)*
- h) Ter no checkout acionamento de fiscais de caixa, na forma eletrônica ou luminosa. *(em verificação)*
- i) Manter mobiliário sem quinas vivas ou rebarbas, devendo os elementos de fixação (pregos, rebites, parafusos), ser mantidos de forma a não causar acidentes. *(aprovado a princípio)*

2.2 Em relação ao equipamento e às ferramentas utilizadas pelos operadores de *checkout*, para o cumprimento de seu trabalho, deve-se: *(aprovado a princípio – Caput e alíneas)*

- a) Escolhe-los de modo a favorecer os movimentos e ações próprias da função, sem exigência acentuada de força, pressão, preensão, flexão, extensão ou torção dos segmentos corporais;
- b) Posicioná-los no posto de trabalho dentro dos limites de alcance manual e visual do operador, permitindo a movimentação dos membros superiores e inferiores, e respeitando a natureza da tarefa;
- c) Garantir proteção contra acidentes de natureza mecânica ou elétrica nos *checkouts* com base no que está previsto nas normas regulamentadoras do MTE ou em outras normas nacionais, tecnicamente reconhecidas;
- d) Mantê-los em condições adequadas de funcionamento.

2.3. Em relação ao ambiente físico de trabalho e ao conjunto do posto de trabalho, deve-se: *(aprovado a princípio – Caput e alíneas)*

- a) Manter as condições de iluminação, ruído, conforto térmico, bem como a proteção contra outros fatores de risco químico e físico de acordo com o previsto na NR-17 e outras normas regulamentadoras do MTE;
- b) Proteger os postos onde trabalham os operadores contra vento, correntes de ar ou grandes variações climáticas, quando as condições climáticas exigirem; *(pendente)*
- c) Utilizar superfícies opacas, que evitem reflexos incômodos no campo visual do trabalhador.

2.4. Na concepção do posto de trabalho do operador de *checkout* deve-se prever a possibilidade de fazer adequações ou ajustes localizados, exceto nos equipamentos fixos, levando em consideração o conforto dos operadores. *(pendente)*

*“Na concepção do posto de trabalho do operador de checkout deve-se prever a possibilidade de fazer adequações ou ajustes localizados, de maneira a garantir que o trabalho dos operadores seja realizado de forma adequada e confortável.” (proposta de redação)*

### 3. A manipulação de mercadorias

3.1. Envidar esforços a fim de que a manipulação de mercadorias não acarrete o uso de força muscular excessiva por parte dos operadores de *checkout*, por meio da adoção de um ou mais dos seguintes itens: *(aprovado a princípio – Caput e alíneas)*

- a) Negociação do tamanho e volume das embalagens de mercadorias com fornecedores;
- b) Uso de equipamentos e instrumentos de tecnologia adequada;
- c) Formas alternativas de apresentação do código de barras correspondente à mercadoria ao leitor ótico, quando existente;
- d) Disponibilidade de pessoal auxiliar, quando necessário;
- e) Outras medidas que ajudem a reduzir a sobrecarga do operador na manipulação de mercadorias.

3.2. Adotar mecanismos auxiliares de transporte de mercadorias no *checkout*, sempre que, em função do grande volume ou excesso de peso das mesmas, houver limitação para a execução manual das tarefas por parte dos operadores. *(pendente)*

3.3. A pesagem e o empacotamento de mercadorias não podem fazer parte das atribuições do trabalho de operador de *checkout*. *(na dependência de mais informações – estudos técnicos)*

3.4 Para o atendimento no *checkout*, de pessoas idosas, gestantes, portadoras de deficiências ou que apresentem algum tipo de incapacidade momentânea, a empresa deve disponibilizar pessoal auxiliar, sempre que o operador de caixa solicitar. *(aprovado a princípio)*

### 3.5 migrado p/ 6.1

### 4. A organização do trabalho

4.1. A disposição física e o número de *checkouts* em atividade (abertos) e de operadores devem ser compatíveis com o fluxo de clientes, de modo a garantir a adequação do ritmo de trabalho às características psicofisiológicas de cada operador, utilizando medidas tais como: *(pendente – Caput e alíneas)*

- a) Equipe de reserva para substituição;
- b) Filas únicas por grupos de caixas e *checkouts*;
- c) Caixas especiais (por exemplo, idosos, gestantes, deficientes, clientes com pequenas quantidades de mercadorias);

- d) Estabelecimento de jornada diária de trabalho de 6 horas;
- e) Estabelecimento de pausa de 10 minutos de descanso a cada 50 minutos trabalhados durante a jornada de trabalho;
- f) Promoção de rodízio entre os caixas com diferentes características;
- g) Outras medidas que ajudem a manter o movimento adequado de atendimento sem a sobrecarga do operador de caixa e *checkout*

4.2. São garantidas saídas do posto de trabalho, a qualquer momento da jornada, para que os operadores atendam às suas necessidades fisiológicas, excluído o intervalo para refeição previsto na Consolidação das Leis do Trabalho. *(aprovado a princípio)*

4.3. É vedado promover qualquer sistema de avaliação do desempenho com base no número de mercadorias ou compras por operador, para efeitos de remuneração ou vantagens de qualquer espécie. *(pendente)*

*“O sistema de avaliação de desempenho do operador de checkout, para efeitos de remuneração ou vantagens de qualquer espécie, não poderá ser feito com base no número de mercadorias ou compras processadas por operador.” (na dependência de mais informações – estudos técnicos)*

4.4. É vedada qualquer atribuição de segurança patrimonial aos operadores de *checkout*. *(aprovado a princípio)*